

Item	Tributo	Setores, Programas ou Serviços	Classificação	LEI	Texto	Previsão (R\$ milhões)	Metodologia Resumida	
					Art. 1º A Sociedade de Propósito Específico, com sede e endereço no Município de São Paulo, que celebrou, com a Administração Pública Direta e autarquias do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, contrato de concessão de parceria público-privada, conforme o Decreto Federal nº 6.107, de 30 de dezembro de 2004, fará jus às seguintes isenções:			
41-A	ISS	Sociedades de Propósito Específico	Isenção	Art. 1º da Lei nº 16.127, de 12/03/15, com a redação da Lei nº 16.757, de 14/11/17	<p>I - isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido quando prestados os serviços e realizadas obras relacionados à área de transporte público e de habitação de interesse social, com previsão respectivamente nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso I § 3º desse artigo;</p> <p>II - isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido quando prestados os serviços e realizadas obras relacionadas à área de saúde, educação e iluminação pública, previstas respectivamente nas alíneas "b", "c" e "d" do artigo 1º, 1º devido artigo, observada, em cada período de competência, a aliquota efetiva mínima de 2% (dois por cento) (Redação dada pela Lei nº 16.757/2017).</p> <p>III - Isenção a que se refere o "caput" deste artigo:</p> <p>I - abrange somente os contratos celebrados com a oferta de recursos realizados pelo Poder Público aos preceiros privados para a consecução do contrato de concessão, desde que a prestação dos serviços públicos e a realização das obras ocorram no território do Município de São Paulo, nas áreas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) transporte público metropolitano;</li> <li>b) saúde;</li> <li>c) educação;</li> <li>d) habitação de interesse social;</li> <li>e) saneamento público;</li> </ul> <p>II - não abrange terceiro contratado pela concessionária para execução de serviços afins à concessão.</p>	42,51	44,70	Relação dos serviços prestados e declarados em NFS-e - com ISS desido, exceto isentos no Simples - relacionados aos serviços de Construção civil e habitação de interesse social e saúde, com a marcação de "isento" feita pelo prestatário de serviço. Considerados 5% de adesão para as NFS-e isentas e 2% para as não isentas. Ademais 50% das notas fiscais seriam relativos aos demais dispositivos de isenção de ISS. Acrescidos dos percentuais de desconto da taxa de ISS - ISS desido, exceto isentos no Simples - relacionados aos serviços de construção civil, com a marcação de "isento" feita pelo prestatário de serviço. Aplicado um percentual de 25% de adesão para as NFS-e isentas e 2% para as não isentas. Ademais 50% das notas fiscais seriam relativos aos demais dispositivos de isenção de ISS da legislação municipal. Ajustados pelo IPCA e PIB.
					<p>Art. 3º Fará jus à isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido, observada, em cada período de competência, a aliquota efetiva máxima de 2% (dois por cento) para a realização de obras e serviços de habitação, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da Unidade, contrato de parceria público-privada, com previsão de gestão com vista à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de: (Redação dada pela Lei nº 16.757/2017)</p> <p>I - saúde;</p> <p>II - cultura;</p> <p>III - esportes, lazer e recreação.</p> <p>Parágrafo Único - A isenção a que se refere o "caput" desse Art:</p> <p>I - abrange somente os recursos orçamentários destinados pelo Poder Público às organizações sociais;</p> <p>II - não abrange terceiro contratado pela organização social para execução de</p>	1,84	1,84	Relação dos serviços prestados e declarados em NFS-e - com ISS desido, exceto isentos no Simples - relacionados aos serviços de Construção civil e habitação de interesse social e saúde, com a marcação de "isento" feita pelo prestatário de serviço. Considerados 5% de adesão para as NFS-e isentas e 2% para as não isentas. Ademais 50% das notas fiscais seriam relativos aos demais dispositivos de isenção de ISS.

60

64

Item	Tributo	Setores, Programas ou	Classificação	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)	Metodologia Resumida
					serviços afetos à parceria desti com o Poder Público;		
42	ISS	Empresas de transporte metropolitano	Isenção	Art. 2º da Lei nº 14.121 de 12/03/15	Art. 2º Fica concedida isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre o serviço de transporte público de passageiros realizados pelas empresas que exploram o sistema metropolitano de São Paulo.	35,54	37,28 39,24 A Receita Tarifária Operacional de 2021 do Metrô pode ser obtida nos relatórios da companhia (dados de 2020). A previsão para 2021 é de crescimento de 30% para 2022 em virtude do final da pandemia e IPCA + PIB para os anos seguintes.
43	ISS	Empresas públicas	Isenção	Art. 2º da Lei nº 15.402, de 06/07/11	Art. 2º Fica isento de ITCMS e de Tributação de Informática e Comunicação de São Paulo - PRODAM-SP S.A., a São Paulo Turismo S.A. - SPturfaz ficam isentos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, incidente sobre os serviços prestados a entes públicos, quando não destinados ao consumo final de pessoas físicas.	4,37	4,59 4,83 A base de cálculo é a receita bruta líquida calculada obtendo-se os CCM a partir da busca fonética LCI, após verificando quais desses CCM emitiram NFS-e. As bases de cálculo das empresas que não emitiram aplicações o IPCA e o PIB de serviços para os anos seguintes.
44	ISS	Empresas contempladas	Incentivo Fiscal	Art. 3º, incisos III e IV, da Lei nº 15.931, de 20/12/13	I - serviços de informática e congêneres, descritos no item 1; II - serviços de saúde, assistência médica e congêneres, descritos no item 4; III - serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres, descritos no item 5; IV - serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres, descritos no item 6; V - serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza, descritos no item 8; VI - hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condonias, flats, apart-hotéis, hóteis residenciais, residências service, suíte service, hotelaria turística de temporada, hospedagem por temporada com fornecimento de serviços, descritos no subitem 9.01; VII - distribuição de bens de terceiros, descrito no subitem 10.10; VIII - exibições cinematográficas, descritas no subitem 12.02; IX - composição gráfica, fotocomposição, clicheira, zincografia, litografia, fotolitografia, descritas no subitem 13.04; X - subfotografia, limpeza, ilustração, revisão, carva e recara, conserção, restauração, blindagens, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, instrumentos, moedas, elevadores ou de qualquer objeto, descritos no subitem 14.01; XI - recauchutagem ou reparamento de pneus, descritos no subitem 14.04;	10,85	11,41 12,01 O valor da base de cálculo é calculado a partir de listagem dos contribuintes beneficiados, ajustados pelo IPCA e PIB para demais execuções.

61

Item	Tributo	Setores, Programas ou	Classificação	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)	Metodologia Resumida
					manutenção e conservação de imóveis (inclusive fossos);(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)		
					i) no subitem 10.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a correção de seguros;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)		
					ii) no subitem 12.07 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a balé, danças, óperas, concertos e recitais;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)		
					iii) no subitem 22.11 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a vendas de bilhetes de teatro e cinema;Brasil Fórmula 1;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)		
					iv) no subitem 16.02 da lista do "caput" do art. 1º relacionados ao transporte de escolares e transporte por táxi (inclusive frota);(Redação dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)		
					v) no subitem 14.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionados às atividades desenvolvidas por seguradoras remuneradas que trabalhem individualmente e por conta própria;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)		
					vi) nos subitens 7.10, 7.11, 11.02, 14.01, 14.09, 17.02 e 27.01 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a serviços de assistência social prestados por pessoas vividas pelas seguintes pessoas físicas não estabelecidas: desportistas de esportes e fossas e festeiros; jardineiro, guarda-noturno e vigilante; afilado de utensílios domésticos; afilador de instrumentos musicais e engraxate; alfaiate e alfaiate de couro e artigos cívicos;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)		
					vii) no subitem 15.01 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados à administração de fundos quinzequer, de cartão de crédito ou débito e conglomerados e de carteira de clientes;(Incluído pela Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011)		
					viii) nos subitens 15.12, 15.15 e 15.16 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados às atividades desenvolvidas pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A.;(Incluído pela Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011)		
					ix) no subitem 3.01 da lista do "caput" do art. 1º,(Incluído pela Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011)		
					x) no subitem 17.11 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a fornecimento e administração de vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e similares, vale emissão impressa carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outros artifícios de tecnologia adequada, bem como a emissão de bônus, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação de saúde;(Redação dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)		
					xi) no subitem 15.10 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a pagamentos, por meio eletrônico, realizados por facilitadores de pagamento;(Incluído pela Lei nº 16.280, de 21 de outubro de 2015)		
					xii) no subitem 9.02 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados à organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, passeigues e congresos;(Incluído pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)		

6

Item	Tributo	Setores, Programas ou	Classificação	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)	Metodologia Resumida	
					<p>XII - restauração, recondicionamento, reciclagem, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, imprimação, galvanoplastia, moldaria, corte, recorte, polimento, plastificação e confeiteira, de objetos quaisquer, descritos no subitem 14.05;</p> <p>XIII - instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido, descritos no subitem 14.06;</p> <p>XIV - alfaiataria e costura, descritos no subitem 14.09;</p> <p>XV - tinturaria e lavanderia, descritos no subitem 14.10;</p> <p>XVI - carpintaria e serraria, descritos no subitem 14.13;</p> <p>XVII - resposta atacadil (centrais de "call center" e telemarketing), descrito no subitem 17.02.</p> <p>Art. 3º Os incentivos fiscais referidos no art. 2º desta lei serão os seguintes:</p> <p>III - isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre serviços de cinema, teatro, teatro popular, teatro infantil, nº 7.15 e 7.15 da lista do "caput" do art. 1º da nº 13.701, de 2003, quando vinculados à execução da construção ou reforma de imóvel de propriedade do contribuinte, destinado, para a exploração ou funcionamento do mês que se encerra, de cinema, teatro, teatro popular, teatro infantil, nº 4 de 2003;</p> <p>IV - isenção de 60% (sextenta por cento) do ISS incidente sobre os serviços incentivados referidos no art. 2º desta lei, observado o § 4º deste artigo, a partir da data da homologação da autorização a que se refere o art. 4º desta lei, pelos órgãos competentes, até a final do período de que trata o § 1º do art. 1º desta lei, ou que ocorrer primeiro;</p>			
45	ISS	Cinemas	Isenção	Art. 3º da Lei nº 13.712, de 07/01/04	<p>Art. 1º Esta lei concede incentivos fiscais a cinemas que funcionem em estabelecimentos físicos seja por logradouro público ou em espaços semipúblicos de circulação em galerias mediante contrapartidas socioculturais com a finalidade de:</p> <p>I - estimular, por meio de equipamento cultural, a qualificação urbanística e a recuperação de áreas degradadas;</p> <p>II - ampliar o acesso à cultura e obras cinematográficas;</p> <p>III - estimular a produção, circulação, exibição e fruição de obras cinematográficas brasileiras;</p> <p>IV - formar público para cinema.</p> <p>Nº 1º - Estabelece poderão ser beneficiados por esta lei os cinemas que exibam obras cinematográficas que atendam a todas as fáxias estírias em sua programação normal.</p> <p>Nº 2º - Para os fins desta lei são consideradas galerias os centros comerciais contínuos em regime de condomínio, sendo vedada a concessão das isenções previstas nesta lei aos cinemas que funcionem em "shopping centers".</p> <p>Art. 3º Fica concedida isenção parcial de Imposto sobre Serviço de Qualquer</p>	0,39	0,41	0,43

62

Item	Tributo	Sectores, Programas ou	Classificação	LEI	Texto	Previsão (R\$ milhões)	Metodologia Recunida		
					<p>o) nos subitem 10.05 e 17.11 da lista do caput do art. 1º, relacionados, respectivamente, a intermediação, via plataforma digital, de alocação, transporte de passageiros ou bens, bem como compra e venda de veículos automotores, inclusive veículos de passeio (tradicional), e a locação de imóveis realizada via plataforma digital (incluído pela Lei nº 17.719/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p> <p>p) no subitem 10.04 da lista do caput do art. 1º, relacionados a ajetecamento, correagem ou intermediação de contratos de franquia (franchising)(Incluído pela Lei nº 17.719/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p> <p>q) nos subitem 23.01 e 23.02 da lista do caput do art. 1º, relacionados a programação visual, comunicação visual e conteúdo(s) (incluído pela Lei nº 17.719/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p> <p>r) nos subitens 13.01, 13.02 e 13.03 (exceto quando prestados por notários, oficiais de registro ou seu prepostos) e 17.07 da lista do caput do art. 1º (Incluído pela Lei nº 17.719/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p>				
47 - 4.02	ISS	Análises clínicas e congêneres	Pontual Arrendatário Não Excedido	Art. 1º da Lei nº 13.701, de 24/12/03	<p>Art. 16. O valor do Imposto será calculado aplicando-se à base de cálculo a alíquota de:(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006) 1,20% (dois por cento) para os serviços previstos:(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>a) nos itens 4 a 5 e subitem 2.01, 6.04, 8.01, 11.02, 11.03, 12.01, 12.03, 12.05, 13.04, 15.09, 15.14, 16.01 e 17.05 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados ao consumo de energia (Redação dada pelo Decreto nº 9.100, de 14 de novembro de 2017);</p> <p>b) subitem 17 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a limpeza, manutenção e conservação de imóveis (inclusive fossos);(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>c) no subitem 10.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a corretação de seguros;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>d) no subitem 12.07 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a balé, danças, óperas, concertos e recitais;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>e) no subitem 12.11 da lista do "caput" do art. 1º relacionados à venda de ingressos do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>f) no subitem 16.02 da lista do "caput" do art. 1º relacionados ao transporte de passageiros e mercadorias por estrada ferroviária(frete);(Redação dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)</p> <p>g) no subitem 14.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionados as atividades desenvolvidas por sujetos remanescentes que trabalhem individualmente e por conta própria;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>h) nos subitem 7.10, 7.11, 11.02, 14.01, 14.09, 17.02 e 37.04 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a atividades desenvolvidas individualmente pelas seguintes classes fiscais: estabelecimentos desportivos de esportes e fósseis e faxineiro, jardineiro, guarda-natura e vigilante; afiado de utensílios</p>	136,03	143,05	150,57	Considerando como total uma alíquota de 5% (reduzida para 4%) e a diferença entre 5% e a alíquota vigente é a diferença entre 5% e a alíquota anterior, é aplicável a partir da base de pagamentos subsequentes.

1

Item	Tributo	Setores, Programas ou	Classificação	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)	Metodologia Resumida	
					Natureza - ISS passando a incidir aliquota de 2% (dois por cento) sobre o serviço aos prestadores de serviço de cinema quando este for prestado em inóveis com as características descritas no "caput" do artigo 1º desta lei, na conceção e execução das respectivas estruturas e caraterísticas estabelecidas no artigo 5º desta lei, em observância da alíquota mínima de imposto, nos termos do artigo 88, incisos I e II do Ato das Disposições Constitucionais Fiscais, que é de 1% (um por cento), prevista pela Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2012.			
46	ISS	Empresas públicas de transporte, urbanismo e habitação	Isenção	Art. 1º da Lei nº 15.402, de 06/07/11	<p>Art. 1º, a São Paulo Transporte S.A. - SPTrans, a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, a São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo e a São Paulo SP-Obras ficam isentas:</p> <p>II - do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, incidente sobre os serviços prestados à Prefeitura do Município de São Paulo ou a entes públicos;</p>	60,90	64,04	
47 - 2.01	ISS	Pesquisa e desenvolvimento	Potencial Arrecadatório Não Executivo	Art. 16 da Lei nº 13.701, de 24/12/03	<p>Art. 16. O valor do Imposto será calculado aplicando-se à base de cálculo a alíquota do Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006, mais 1,25% (dois por cento) para os serviços previstos (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006).</p> <p>a) nos itens 4 e 5 da subitem 2.01, 04, 08.01, 11.02, 11.03, 12.01, 12.03, 12.05, 13.04, 15.09, 15.14, 16.01 e 17.05 da lista do "caput" do art. 1º (Reduzido dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017);</p> <p>b) na subitem 7.10 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a limpeza, manutenção e conservação de edifícios e instalações (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006);</p> <p>c) na subitem 10.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionadas a contratação de serviços (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006);</p> <p>d) na subitem 12.07 da lista do "caput" do art. 1º relacionadas a boliche, danças, óperas, concertos e recitais (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006);</p> <p>e) na subitem 12.11 da lista do "caput" do art. 1º relacionadas a venda de ingressos do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006);</p> <p>f) na subitem 16.02 da lista do "caput" do art. 1º relacionados ao transporte de passageiros e mercadorias (Reduzido dada pela Lei nº 16.557, de 14 de novembro de 2017);</p> <p>g) na subitem 14.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionadas as atividades desenvolvidas por sapateiros remanescentes que trabalham individualmente e por conta própria (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006);</p> <p>h) nos subitens 7.10, 7.11, 11.02, 14.01, 14.09, 17.02 e 37.01 da lista do "caput" do art. 1º relacionados, respectivamente, às atividades desenvolvidas pelos profissionais que não possuem vínculo empregatício, como fotógrafos e faxes e faxmáquinas, jardineiros, porteiros e vigilantes, atacadistas de artigos domésticos, afiadores de instrumentos musicais e reparadores, alfaiates e costureiros, e profissionais circenses; (Reduzido dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p>	50,87	53,50	56,31

10

Item	Tributo	Setores, Programas ou Serviços	Classificação	LEI	Texto	Previsão (R\$ milhões)	Metodologia Resumida	
					<p>contratado, datilografado, misto e artista circense);Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>i) no subitem 15.01 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados à administração de fundos quaisquer, de cartão de crédito ou débito e congêneres e de carteira de clientes;(Incluído pela Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011)</p> <p>j) nos subitens 15.12, 15.15 e 15.16 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a empresas que realizam a operação de compra e venda de mercadorias, bens ou serviços;BMA&amp;BOVESPA S.A.;(Incluído pela Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011)</p> <p>k) no subitem 21.01 da lista do "caput" do art. 1º;(Incluído pela Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011)</p> <p>l) no subitem 17.11 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte e similares, via internet, impressa ou em qualquer meio cartográfico eletrônico ou similar, entre outros, destinados a pessoas adicionais, bem como à administração de benefícios relativos a passagens de aeronave à saúde;Redação dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)</p> <p>m) no subitem 15.0 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a pagamentos, por meio eletrônico, realizados por facilitadores de pagamento;(Incluído pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)</p> <p>n) no subitem 9.02 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a organização, promoção e execução de paixões de turismo, recreio, viagens, excursões, hospedagens e congêneres;(Incluído pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017)</p> <p>o) nos subitens 10.08 e 17.11 da lista do caput do art. 1º, relacionados, respectivamente, a intermediação, via plataforma digital, de adesões, contratos e pagamentos para a realização de compras de mercadorias, bens ou serviços, bem como títulos tangíveis (marketplace), e administração de inovações realizada via plataforma digital;(Incluído pela Lei nº 17.119/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p> <p>p) no subitem 10.04 da lista do caput do art. 1º, relacionados a alocamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchising);(Incluído pela Lei nº 17.119/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p> <p>q) no subitem 23.01 da lista do caput do art. 1º, relacionados a programação visual, comunicação visual e congêneres;(Incluído pela Lei nº 17.119/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p> <p>r) nos subitens 13.01, 13.02 e 13.03 (exceto quando previstos por notários, registradores de registros ou seus prepostos) e 17.07 da lista do caput do art. 1º;(Incluído pela Lei nº 17.119/2021 - Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022)</p>	409,65	430,80	433,44
47 - 4.03	ISS	Hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres	Potencial Arrecadável	Art. 16 da Lei nº 13.701, de 24/12/03	<p>Art. 16. O valor do Imposto será calculado aplicando-se a base de cálculo a alíquota de:(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p> <p>1,2% (dois por cento) para os serviços previstos;(Redação dada pela Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006)</p>		<p>Considerando como total uma alíquota de 5% e a remuneração é a diferença entre 5% e a alíquota vigente). Calculado a partir da base de pagamentos. Aplicamos o IPCA e o PIB de serviços para os anos subsequentes.</p>	

1